



ANEXOS E APÊNDICES PLANO DE USO PÚBLICO PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

ANEXO 1

NORMAS RELATIVAS AO USO PÚBLICO, COMPILADAS DO PLANO DE MANEJO DO PNSJ

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Urubici/SC, 2021

ZONA INTANGÍVEL (ZOI)

- 1) Serão permitidas na ZOI as atividades de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental.
- 3) Não são permitidas quaisquer instalações de infraestrutura física e/ou facilidades, inclusive sinalização, com exceção daquelas eventuais que forem estritamente necessárias às ações de resgate, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis à proteção da zona.
- 4) Tais estruturas e facilidades eventuais devem ser imediatamente removidas, tão logo as ações citadas acima sejam concluídas.
- 6) São vedadas na ZOI todas as formas de visitação.
- 7) É vedada a abertura de trilhas e/ou picadas nessa zona, exceto nos casos de resgate, salvamento e de combate aos incêndios, entre outras atividades de proteção.
- 8) O uso de fogueiras na ZOI não será permitido, qualquer que seja a motivação.
- 9) É proibido o uso de animais de carga e montaria na ZOI, exceto para os casos de combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais imprescindíveis para a proteção da UC, excetuando-se, ainda, o uso pelos ocupantes ainda não indenizados.

ZONA PRIMITIVA (ZOP)

- 10) Serão permitidas na ZOP as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e visitação de baixo impacto (formas rústicas ou primitivas).
- 11) Serão permitidas somente instalações de infraestrutura física e/ou facilidades na ZOP, inclusive sinalização, em casos excepcionais e temporárias, estritamente necessárias às ações de salvamento e resgate, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis às atividades de proteção, pesquisa e visitação de baixo impacto (formas rústicas ou primitivas) na zona, desde que observadas as normas e outras legislações de regência.
- 13) É permitida a abertura de novas trilhas e/ou picadas, somente nos casos de resgate, combate a incêndios e outras atividades consideradas imprescindíveis para a proteção da ZOP e para pesquisa.
- 14) Caso seja necessário abrir novas trilhas e/ou picadas para o desenvolvimento das atividades acima mencionadas, essas deverão ocorrer de modo a minimizar seu impacto.
- 15) As atividades de visitação de baixo impacto devem ter caráter rústico e primitivo, levando em conta as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação.
- 16) Todas as atividades que envolvam interpretação, informação e educação devem ser feitas por meio de recursos indiretos (impressos ou orais).
- 17) O uso de fogueiras é proibido, independentemente da finalidade proposta.
- 18) É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nessa zona.
- 19) O uso de veículos terrestres e de animais de carga e montaria na ZOP será excepcional, e ocorrerá nos casos de combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações imprescindíveis para a proteção da UC, inclusive em atividades de pesquisas e quando se tratar do uso pelos ocupantes, até que sejam indenizados.

ZONA DE USO EXTENSIVO (ZUEx)

20) As atividades permitidas são a proteção, a visitação, a pesquisa e o monitoramento ambiental.

21) A construção e a instalação de infraestrutura e outras facilidades (inclusive trilhas) são permitidas para as atividades de proteção, visitação, pesquisa e monitoramento ambiental.

Quadro 4: Normas relativas ao Uso Público, retiradas do Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim.

22) Poderão ser instalados equipamentos e facilidades para a interpretação dos recursos naturais e históricoculturais, bem como para a recreação, sempre em harmonia com a paisagem.

23) Poderão ser instalados sanitários públicos como, por exemplo, aqueles com câmara anaeróbica, mesmo em áreas mais remotas e distantes do centro de visitantes, cujos usos e concentração de pessoas demandam esse tipo de facilidade.

24) O uso de fogueiras é proibido independentemente da finalidade proposta.

25) É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nessa zona.

26) O uso de animais de carga e montaria é permitido nessa zona, inclusive nas atividades de visitação e quando se tratar do uso pelos ocupantes, até que sejam indenizados.

27) No caso da visitação, o uso de animais de montaria ficará restrito a percursos em estradas, definidas pela UC nos planos específicos e outros instrumentos da visitação.

28) O uso de veículos terrestres é permitido para as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e visitação, nos locais definidos nos planos específicos e outros instrumentos, bem como nas atividades dos ocupantes ainda não indenizados, observadas as limitações indicadas no presente PM.

ZONA DE USO INTENSIVO (ZUI)

29) As atividades permitidas são a visitação, a pesquisa, o monitoramento ambiental e a proteção da UC, inclusive podendo conter sua gestão, quando ambas as instalações e os serviços ocorrerem juntos.

30) A construção e a instalação de infraestrutura e outras facilidades permitidas são aquelas indispensáveis às atividades de manejo e gestão.

31) As trilhas, caminhos e estradas deverão ter boa qualidade e, preferencialmente, ter pavimentação de baixo impacto.

32) Poderão ser instalados sanitários públicos como, por exemplo, do tipo câmara anaeróbica nas áreas mais isoladas.

33) As fogueiras são permitidas, no contexto da visitação, em atividades coletivas e locais fixos definidos nos planos específicos e outros instrumentos.

34) O preparo de alimentos deve ser feito em fogareiros, exceto nas instalações do alojamento dos Campos de Santa Bárbara.

35) O uso de animais de carga e montaria é permitido nessa zona, inclusive nas atividades de visitação, e quando se tratar do uso pelos ocupantes, até que sejam indenizados.

36) No caso da visitação, o uso de animais de montaria ficará restrito a percursos em estradas, definidas pela UC nos planos específicos e outros instrumentos da visitação.

37) O uso de veículos, terrestres e aéreos, é permitido nas atividades de manejo e gestão, inclusive no caso dos ocupantes ainda não indenizados, observadas as limitações indicadas no presente PM.

38) A coleta e a destinação dos resíduos sólidos (lixo orgânico e inorgânico) gerados e encontrados na ZUI deverão constar de planos específicos.

ZONA DE RECUPERAÇÃO (ZOR)

39) As atividades permitidas serão a proteção, a recuperação, a pesquisa, o monitoramento ambiental e a visitação.

42) Não é permitida a abertura de novas trilhas e/ou picadas, para quaisquer finalidades, além daquelas necessárias às ações de recuperação, resgate, combate a incêndios e outras atividades de proteção da ZOR, pesquisa e monitoramento ambiental.

Quadro 4: Normas relativas ao Uso Público, retiradas do Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim.

43) A visitação na ZOR será, preferencialmente, relacionada às ações de sensibilização, conscientização e educação ambiental, respeitando-se o caráter da zona e de acordo com as ações de recuperação, entre outras atividades de visitação que não comprometam os esforços de recomposição ambiental.

44) O uso de fogueiras é proibido, independentemente da finalidade proposta.

45) O uso de animais de carga e montaria é permitido nessa zona nas ações de recuperação, pesquisa, proteção, monitoramento ambiental e em ações de resgate e salvamento, bem como quando se tratar do uso pelos ocupantes, até que sejam indenizados.

46) O uso de veículos, terrestres e aéreos, é permitido nas atividades de manejo e gestão, inclusive no caso dos ocupantes ainda não indenizados, observadas as limitações indicadas no presente PM.

ZONA DE USO CONFLITANTE

47) Nessa zona serão permitidas atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e visitação, incluindo, nesta última, ações de sensibilização, conscientização e educação ambiental.

56) É permitido o uso de veículos, terrestres e aéreos, bem como animais de montaria na zona, inclusive no caso dos ocupantes ainda não indenizados, observadas as limitações indicadas no presente PM.

NORMAS GERAIS DO PARNA SÃO JOAQUIM

FUNCIONAMENTO

1) Os horários de funcionamento da Unidade de Conservação (UC) serão definidos pela UC, os quais deverão ser amplamente divulgados.

2) O Parque pode ser fechado ou as atividades de visitação interditas, eventual e temporariamente, no caso de ocorrências excepcionais, como incêndios, grandes tempestades, até que sejam afastados os riscos, devendo haver ampla divulgação e comunicação à sociedade.

3) Áreas com riscos de enchentes ou cabeça d'água ("tromba d'água") terão seu acesso limitado quando houver indicativos desses fenômenos.

INFRAESTRUTURA

6) A infraestrutura a ser instalada na UC limitar-se-á àquela necessária ao seu manejo adequado.

7) É permitida a instalação de infraestruturas e facilidades nas áreas de contato entre a ZOI com outras zonas menos restritivas somente para a proteção dos solos e do visitante.

- 8) São vedados a construção e o funcionamento de quaisquer modalidades de equipamentos de hospedagem dentro do PNSJ (resorts, hotéis, pousadas, pensões, hospedarias, casa de hóspedes etc.).
- 9) Excetuam-se do caso acima os possíveis acampamentos e abrigos rústicos (simples) que os planos específicos e outros instrumentos venham a definir para o PNSJ.
- 10) Poderão ser implantados acampamentos no PNSJ, o que será definido em plano específico e outros instrumentos, respeitadas as normas e a natureza de cada zona.
- 11) Não é permitida a operação de hospedagem nas instalações das áreas ainda não indenizadas e nem a construção de tais de equipamentos pelos proprietários e ocupantes.
- 12) São vedadas a construção e a implantação de teleféricos e similares
- 16) É expressamente proibido instalar quaisquer infraestruturas sobre os topos do relevo da UC, especialmente sobre as mais altas, com exceção daquelas necessárias à proteção e à visitação.
- 17) É vedada a construção dentro do PNSJ de estruturas para o preparo de churrascos nas áreas de visitação, não sendo permitido o seu preparo por visitantes, em nenhuma outra área da UC, nem mesmo utilizando-se churrasqueiras portáteis, grelhas, trempes e similares e nem em novas áreas de visitação que venham a ser abertas.
- 18) Excetuam-se da norma anterior o caso do alojamento nos Campos de Santa Bárbara e da sede, em Urubici.

SINALIZAÇÃO

- 19) A sinalização admitida na UC é aquela considerada indispensável à proteção dos recursos, à segurança dos visitantes e pesquisadores, bem como à interpretação dos seus recursos naturais e histórico-culturais, nas zonas permitidas.
- 20) Até que o PNSJ disponha de projeto de sinalização, será admitida a sinalização de interesse e iniciativa do Parque e dentro dos padrões constantes de referências institucionais oficiais, quando houver.
- 21) É proibida a instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda que não tenham relação direta com atividades desenvolvidas ou com os objetivos da UC, sem prejuízo para os casos das propriedades ainda não indenizadas.
- 22) Placas de cunho publicitário, político, religioso ou de interesses particulares em geral não serão admitidas na área da UC, excetuando-se a sinalização de propriedades e localidades.
- 23) É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas do PNSJ na sua sinalização.
- 24) Com relação à sinalização que se aplica à estrada do morro da Igreja, será observado o que dispuser o termo de parceria a ser celebrado entre o DTCEA-MDI e o ICMBio.
- 25) Materiais de publicidade temporários deverão seguir políticas institucionais.

VISITAÇÃO

- 28) A atividade de visitação dar-se-á mediante o pagamento de ingresso de acesso à área e de serviços prestados nas atividades desenvolvidas, os quais serão cobrados em conformidade com a legislação que trata do assunto, quando a UC estiver aparelhada para tal e se for viável.
- 29) Dependendo da natureza da atividade a ser desenvolvida, será exigida do visitante a assinatura de um termo de responsabilidade e conhecimento de riscos sobre os procedimentos e condutas durante sua visita à área.

30) O acesso dos visitantes, acompanhados ou não de servidores da UC ou de condutores/guias habilitados, deverá ser precedido de esclarecimentos sobre as normas de segurança, as condutas e os temas que serão trabalhados, podendo ser por meio de impressos simples ou mensagens rápidas no seu site, por exemplo, até que o PNSJ tenha outros meios e pessoal para isso.

31) É proibida a utilização de produtos de limpeza ou cosméticos nos cursos d'água da UC, tais como sabonetes, xampus, cremes, sabões, detergentes e afins, a não ser aqueles produzidos especificamente para este fim.

32) Excetua-se da norma acima os repelentes e protetores solares.

33) A visitação pública aos sítios arqueológicos e cavidades naturais – já conhecidos ou que venham a ser identificados – da UC ficará subordinada à realização de estudos específicos e às recomendações de manejo por eles indicadas, conforme legislação vigente.

34) A circulação motorizada de visitantes na área do morro da Igreja/Pedra Furada será feita por meio de transporte único, desde que viável, sendo que tal transporte será avaliado individualmente para as outras áreas e atividades, o que será definido e detalhado nos planos específicos e outros instrumentos, permanecendo como está até a implantação do serviço.

35) Não serão permitidas a entrada e a utilização na UC de tintas, em spray ou não, com exceção daquelas de uso doméstico pelos moradores ainda não indenizados, na pesquisa ou nas necessidades da UC.

EVENTOS/SHOWS/ESPORTES

36) Eventos, atividades religiosas e outros similares, incluindo reuniões de associações diversas, poderão ser autorizados desde que não causem impactos negativos sobre a fauna e a flora e a experiência da visitação, sendo proibida a deposição de resíduos de qualquer natureza no ambiente.

37) A realização de eventos político-partidários e outros dessa natureza são proibidos no PNSJ, exceto os casos previstos em lei.

38) São permitidos eventos esportivos e desportivos não motorizados, tais como corridas de aventura, torneios de esporte de natureza, entre outros, respeitando-se o zoneamento, os futuros planos específicos e os objetivos da UC, ficando proibidas, portanto, atividades motorizadas.

39) É vedada, dentro da UC, a realização de shows – ao ar livre ou não –, festivais e o uso de aparelhos sonoros de longo alcance, bem como a passagem e/ou a permanência de carros de som no interior da UC, pelos impactos ambientais negativos que causam à UC.

40) Serão autorizados os eventos que utilizem instrumentos musicais e amplificação sonora em consonância com os objetivos da UC.

VEÍCULOS TERRESTRES

63) A utilização de veículos motorizados é permitida somente nas estradas oficiais do PNSJ, ressalvados os casos excepcionais em atividades imprescindíveis à gestão do Parque.

ALIMENTOS E BEBIDAS

65) É proibido fumar e consumir bebidas alcoólicas no interior do PNSJ até que os planos específicos e outros instrumentos deliberem sobre o assunto, excetuando-se os moradores ainda não indenizados que poderão fazer uso do cigarro e de bebidas alcoólicas em suas áreas de uso e ocupação.

ANIMAIS DOMÉSTICOS

66) São proibidos o ingresso e a permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como são proibidos animais domesticados e/ou amansados, excetuando-se a necessidade de cão-guia por deficientes visuais.

EQUIPAMENTOS AÉREOS/SOBREVOO

70) Somente serão permitidos o pouso e a decolagem de helicópteros, outras aeronaves e similares (inclusive drones e balões) nas atividades de proteção da UC (incluindo aquelas de combate aos incêndios, resgate e salvamento), nas atividades de pesquisa, no transporte e remoção de materiais para áreas remotas e de difícil acesso e, ainda, na obtenção de imagens demandadas pela UC.

71) Em relação às atividades de visitação, poderão ser permitidos sobrevoos panorâmicos, a partir de planos específicos e outros instrumentos, os quais definirão os tipos de aeronaves e equipamentos similares que produzam pouco ruído.

72) É permitido o uso de drones na área do PNSJ em filmagens contratadas pelo Parque ou por ele autorizadas em parcerias com o mesmo fim, observada a legislação pertinente.

